IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade
V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade
V Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade

DIMENSÕES DO HETEROTERRORISMO: DIÁLOGOS INDISCIPLINARES SUBVERSIVOS EM GEOGRAFIA E ARTES CÊNICAS

EIXO 38 - TRABALHO E VIOLÊNCIAS: DIMENSÕES ESTRUTURAIS E INTERSECCIONAIS / AXIS 38: WORK AND VIOLENCE: STRUCTURAL AND INTERSECTIONAL DIMENSIONS (ONLINE)

Jeronimo Vieira de Lima Silva 01 [1]
Arthur Marques de Almeida Neto 02 [2]
Nilton Abranches Júnior 03 [3]

RESUMO

Discute-se o heteroterrorismo em espaços heteronormativos a partir de experiências dos corpos-espaço-dissidentes dos autores. Parte-se de três dimensões: microheteroterrorismo, relativo à violência em menor escala, sem ameaça à integridade da pessoa; microheteroterrorismo de fronteira, relativo à violência física possível, e o macroterrorismo, relativo à violência extrema com possibilidade de extermínio. Busca-se ampliar a complexidade do conceito de heteroterrorismo e denunciar essas práticas, em uma proposta subversiva de produção acadêmica indisciplinar, para estímulo de pesquisas para enfrentamentos das violências sofridas pela população LGBTQIAP+ no Brasil. Resulta de pós-doutoramento no PPGEO-UERJ, na linha Cultura e Natureza e desenvolvida no grupo de pesquisa GeoCorpo.

Palavras-chave: Heteroterrorismo, corpos dissidentes, subversão, LGBTQIAP+.

[1] Doutor em Educação Artística pela Universidade do Porto – Portugal, Professor do Departamento de Teatro da URCA-CE, jeronimo.vieira@urca.br ;
[2] Doutor em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica - SP, Professor do Departamento de Artes Cênicas da UFPB, arthur.marques@academico.ufpb.br ;
[3] Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – RJ, Professor do Departamento de Geografia Humana da UERJ, niltonabranches07@yahoocom.br

INTRODUÇÃO

Discute-se como a violência contra a população LGBTQIA+ é desferida, cotidiana e sistematicamente, por modos que podem ser considerados como níveis de heteroterrorismo que, em gradações, podem levar a violência física.

É fato que o Brasil é o país que mais mata pessoas LGBTQIA+ no mundo, de acordo com dados oficiais. Nesse sentido, o argumento aqui proposto se organiza a partir das escritas de experiências dos corpos-espaço-dissidentes dos autores, para a apresentação de exemplos de três dimensões de heteroterrorismo: microheteroterrorismo, relativo à violência em menor escala, sem representar uma ameaça à integridade da pessoa nos espaços heteronormativos; microheteroterrorismo de fronteira, relativo à violência de maneira mais evidente e possível de acontecer, mas que não interfere totalmente no trânsito dos corpos dissidentes, e o macroterrorismo, relativo à violência extrema e com risco total à integridade de corpos dissidentes e a concretização de seu extermínio. Essas terminologias são propostas a fim de ampliar a complexidade do conceito de heteroterrorismo.

Propõe-se o diálogo entre a Geografia e as Artes Cênicas a partir de termos-conceitos, tais como corpo, espaço e heteroterrorismo e subversão. A relevância da discussão consiste em denunciar as diversas práticas heteroterroristas no intuito de combatê-las[4]. A discussão faz parte da pesquisa de pós-doutoramento do autor principal, no PPGEO-UERJ, na linha Cultura e Natureza e dos estudos e pesquisas dos coautores, na relação entre os grupos de pesquisa GeoCorpo e ARCOPODER/UFPB.

Microheteroterrorismo: balé como ambiente cisheterrorista

O corpo gay que se expressa artisticamente através de danças generificadas - em ambientes de formação e na prática profissional - é vítima, de partida, de heteroterrorismo. Em uma sociedade cisheteropatriarcal, os padrões vigentes e legitimados nos/pelos aparelhos ideológicos regulam os discursos. Sujeitos que dançam profissionalmente ou visando a profissionalização, estão inseridos em um aparelho ideológico (Althusser, s/d) artístico. Há microheteroterrorismo nos discursos sobre o gênero e o balé espalhados tanto no ciberspaço quanto nos ambientes da dança.

Sobre a relação gênero e dança, Souza e Capraro (2021, p. 356) propõem que, no senso comum, o balé clássico é um ambiente atrelado à homossexualidade e que “[...]

[4] A discussão faz parte dos estudos e pesquisa de pós-doutoramento do autor principal no PPGEO-UERJ, na linha Cultura e Natureza e desenvolvida no grupo de pesquisa GeoCorpo.

uma alternativa viável e talvez inocentes, seja a existência de ações subversivas propositais em relação às regras heteronormativas dos homens nesse universo artístico".

Contudo, é necessário reiterar que a subversão só ocorre quando há normatização: o balé é um ambiente heteronormativo e a manutenção dessa situação ocorre, de partida, na sistematização dos movimentos, dividida em "técnica masculina" e "técnica feminina", que instala uma organização técnica e estética em torno da binaridade de gênero. Hannah (1999 apud Assis; Saraiva, 2023, p. 304), propõe que a dança é um veículo crítico de comunicação e expressão e que, ao tratar os papeis sexuais, construídos social e culturalmente, podem enriquecer o discurso sobre o feminino e masculino. A bailarina Ana Botafogo[5], em entrevista ao *podcast* Flow Cuts Brasil (https://www.instagram.com/flowcutsbr_/), explica que o homem nunca usa sapatilhas de ponta. E Complementa:

> o homem é a parte forte do balé, a parte de virtuose e de técnica forte, ou seja, dos saltos, dos grandes saltos, dos malabarismos [...], às vezes circense, ou, eu diria mais é de ginástica atlética. Então, eles fazem coisas atléticas muito difíceis. E ele é o responsável por carregar a bailarina [...], então ele tem que ser forte e tem que fazer essa parte mais virtuosa e viril, também, da dança (transcrição da entrevista de Ana Botafogo ao *podcast* Flow Cuts Brasil, reproduzida na conta @homens.na.danca do Instagram, em 18 abril 2024. Disponível em: https://www.instagram.com/p/C56iin4u4C-/ . Acesso em: 22 abril 2025.)

O ambiente de produção da referida dança, por ser heteronormativo, não é de livre expressão de gênero e sexualidade. Como indicam Souza e Capraro (2021), a subversão é necessária para sujeitos homossexuais lidarem com esse contexto. A integridade física desses sujeitos não é ameaçada, mas são interpelados através de práticas discursivas microheteroterroristas – como se nota no discurso de Ana Botafogo - a agirem como "homens", masculinos, e instados a (per)seguirem esse ideal.

Os ambientes da dança, para designar de maneira sintética os lugares de formação e prática de profissionais dessa arte, são, como aparelhos ideológicos, espaços que definem papeis de gênero, principalmente, em se tratando de danças generificadas que se organizam, estética e estruturalmente, a partir da binaridade de gênero, a exemplo das chamadas danças de salão e o balé clássico. Há pontos a serem considerados sobre a relação entre dança/balé e gênero, a partir de discursos midiáticos, fundamentados na

[5] Nascida no Rio de Janeiro, é primeira-bailarina do Ballet da Fundação Theatro Municipal do Rio de Janeiro, desde 1981.

perspectiva da ação da ideologia em processos interpelativos (Althusser, s/d; Franko, 2002; Almeida Neto, 2009).

Destaca-se a repetição do discurso de que a dança ou balé "não tem gênero", a fim de sustentar que esses espaços são supostamente livres da ação homogeneizadora e hegemônica de corpos diante de um padrão cisheteronormativo. A memória do microheterrorismo vivenciado nesses espaços também importa, uma vez que a experiência de violência não deixou marcas visíveis no corpo, embora afetou - e ainda pode afetar outros corpos - em sentido psicossomático: no balé, pode-se até ser gay, mas tem que (saber) performar (no sentido tanto de interpretação quanto de performatividade de gênero) o "masculino".

Curiosamente, dois conteúdos de *blogs* [6] chamam a atenção para a noção de que não há qualquer distinção de gênero no balé. Como discurso, as postagens, aparentemente, buscam destacar o balé de uma heteronormatividade, erroneamente negando a generificação.

Em outros dois *blogs*[7], indicam-se algumas investidas subversivas têm acontecido no que diz respeito ao treinamento/formação de profissionais do balé, onde há mulheres interessadas em apre(e)nder conteúdos técnicos-estéticos que foram convencionados como "da técnica masculina" e homens que treinam e executam a chamada "técnica feminina". Ainda assim, é inquestionável a generificação do balé e a noção de que o balé "não tem gênero" não encontra qualquer fundamento, soando tanto equivocada quanto

---

[6] **O Ballet é pra todos, não existe distinção de gênero!** Publicado por Gustavo Gris, em 02 ago.2019, na página do Estúdio Tanz, disponível em <https://estudiotanz.com.br/o-ballet-e-pra-todos-nao-existe-distincao-de-genero >. Acesso em 19 abr.2025. **Bailarinos mostram que a arte não tem gênero.** Sem identificação de autoria, por COLAB PUC Minas, em 17 jun 2021. De acordo com o *website*, "Colab é o Laboratório de Comunicação Digital da FCA/PUC Minas. Os textos publicados neste perfil são de autoria coletiva ou de convidados externos". Disponível em: <https://blogfca.pucminas.br/colab/bailarinos-mostram-que-a-arte-nao-tem-genero/>. Acesso em 19 abr.2025.

[7] **Pas de Deux: Sexism and the Gender Binary in Ballet**. Por Sara Komatsu, postado em 9 fev.2021, no *website* The Harvard Crinsom. Conforme o *website*, a coluna de Komatsu, "Backstage at the Ballet" ("Bastidores do ballet", tradução nossa) explora tudo e qualquer coisa relacionada ao balé. Disponível em: https://www.thecrimson.com/column/backstage-at-the-ballet/article/2021/2/9/sara-column-pas-de-deux-sexism-and-the-gender-binary-in-ballet/. Acesso em 19 abr.2025. **Companhias questionam papeis de gênero no balé**. Por Madison Mainwaring, The New York Times no portal do Estadão, publicado em 7 de fev.2019, no Portal Geledés. Disponível em: < https://www.geledes.org.br/companhias-de-danca-questionam-papeis-de-genero-no-bale>. Acesso em 19 abr.2025.

ausente de qualquer crítica e conhecimento acerca de estudos em gênero e da realidade do heteroterrorismo.

Heteroterrorismo de fronteira: interdições contra um corpo dissidente no espaço teatral

As diversas violências contra corpos LGBTQIAP+ podem ocorrer em qualquer espaço e realizadas por diferentes grupos ou indivíduos, independente de gênero e sexo.

A partir do entendimento de que os espaços que ocupamos e convivemos são predominantemente heteronormatizados, podemos observar que as relações de poder e disputas se manifestam, ocasionando as violências contra corpos dissidentes. São estas violências que caracterizam o heteroterrorismo. De acordo com Berenice Bento (2011, p. 556), “o heteroterrorismo se refere a um conjunto de opressões estruturais. Nele, são reiteradas violências verbais e físicas contra as dissidências sexuais e de gênero com o intuito de anular, silenciar e apagar socialmente tais corpos”.

Parte-se desta proposição para refletirmos sobre o heteroterrorismo de fronteira, ou seja, os espaços percorridos e os territórios ocupados pelos corpos dissidentes que se configuram enquanto espaços e territórios perigosos e ameaçadores, sem contudo alcançar proporções maiores contra a existência do sujeito. Podemos pensá-los ainda como espaços e territórios de interdição.

Trago a minha própria vivência enquanto vítima da violência heteroterrorista ocorrida no contexto artístico. Ao deixar de realizar alguns papeis no palco, procurei compreender o que se passava. Foi nesta ocasião que descobri o motivo das interdições por mim sofridas. Eu passei a ser rotulado como aquele que só poderia representar gays. Em certa ocasião, precisavam de um ator para compor determinado elenco, e o meu nome havia sido sugerido. Mas o encenador resolveu não aceitar com o argumento de que eu era muito “afemininado” para o papel, por se tratar, supostamente, de uma personagem viril e líder de um movimento revolucionário. Portanto, a minha “energia sensível" não era compatível com o que pretendia o encenador. Tempos depois, outro encenador também rejeitou o meu nome para a sua peça com a alegação de que eu era muito “gueto”. Sem mesmo compreender a alcunha que me foi dada, a interdição repercutiu negativamente na minha vida artística. Tive que enfrentar o medo e a insegurança. E por algum tempo, senti vergonha da minha sexualidade. Passei a reprimir os meus gestos, a minha fala, o meu comportamento em público, no intuito de criar estratégias de

sobrevivência nos espaços fronteiriços em que transitavam, sobretudo no espaço teatral, o qual se mostrava mais um espaço de fronteira heteronormatizado.

Diante do exposto, pode-se refletir sobre as rotulações impostas a determinados corpos, os quais reforçam as práticas heteroterroristas. Corpos que transitam entre fronteiras que, aparentemente, não representam ameaça aos corpos LGBTQIAPN+, e no entanto, as violências emergem, ocasionando danos e traumas.

Macroheteroterrorismo: o PREPARA Nem enquanto espacialidade possível para pessoas Trans e Travestis

Parte-se da reflexão sobre qual corpo se fala nesta seção. É sabido que o Brasil não é o espaço mais acolhedor para pessoas que divergem da norma padrão imposta pelo cisheteropatriarcado, para isso, basta consultar os dados sobre violência extrema a qual estas pessoas estão submetidas. O Estado nacional falha em garantir-lhes direitos constitucionais básicos. A omissão do Estado brasileiro é tão grave que nem possui dados sistematizados sobre esta parcela significativa da população nacional. Isso cria a dificuldade em se estabelecer políticas públicas efetivas que garantam a sua real inclusão na sociedade.

A segregação socioespacial pela qual passam essas pessoas não é só resultado de ações estatais. O desprezo do Estado a esses corpos, testemunhado por diferentes atos dos poderes da república, acabam ratificando ações da sociedade civil organizada, representada por conflitos nas relações sociais cotidianas, e também praticadas pelas firmas e autarquias federais. Por exemplo, o Conselho Federal de Medicina, em seção realizada no dia 08 de abril de 2025, resolução aprovada por unanimidade por seus 28 conselheiros, revisou os critérios para atendimento a pessoas trans e travestis com disforia de gênero, interferindo diretamente na sua temporalidade. Assim, levando em consideração que mais do que estar no espaço, os corpos devem ser entendidos enquanto espaço, este corpo passa a ser tratado enquanto um fenômeno social, e pode ser visto enquanto um local de exclusão (Lima, 2023). Objeto de representações e submetido a imaginários culturais construídos (Mbembe, 2018), o corpo trans e travesti é impelido a ser um corpo alienado do espaço de si mesmo, e de outros corpos (Lima, 2023). Costumeiramente confrontados por um corpo padrão, são lhes oferecidas possibilidades de existência espacial e temporalmente marcadas.

Dentre tantos espaços interditos, os espaços educacionais são dos mais potentes. E os espaços acadêmicos se configuram como territórios de experiência de grande

violência para todes, todas e todos os corpos dissidentes que enfrentam o sistema de interdição desses espaços. Um sistema que, mesmo na década de 2020, insiste em ditar comportamentos, silenciar discursos, invisibilizar corpos, descredenciar conhecimentos e desmerecer epistemologias. É uma ação constante de reforço de uma colonialidade que não nos interessa, porque nunca nos atendeu, e continua não nos atendendo. Nesta perspectiva, colocamo-nos à serviço de um ativismo acadêmico, para muito além da resistência, uma vez que nos propomos a insurgir contra o que está posto, e nos colocamos enquanto "passaportes" para subvertermos as cisheteronormatividades que colonizam esses espaços (Abranches Junior; Almeida Neto; Santos, 2024).

A partir de uma prática de extensão universitária voltada ao ativismo acadêmico, desenvolvida na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, cria-se uma forma de subverter a interdição espacial que sofrem os corpos transexuais e travestis, no acesso a educação. Trata-se de um espaço-tempo, a universidade dita a mais inclusiva e diversa do país. A partir da implantação do projeto de extensão, Unidiversidade Nem da Vida – PREPARA NEM, enquanto projeto oficial da universidade, se inicia um processo de subversão aos padrões corpóreos que circulam naquele território.

O Prepara Nem é um pré-vestibular social voltado para a população LGBTIA+ em situação de vulnerabilidade social. Tem como objetivo reparar o direito a educação negado às pessoas transexuais e travestis. O sistema educacional promove violências de diferentes tipos aos corpos se apresentam em dissonância a norma nas escolas e universidades. Essas violências vão desde embates físicos e verbais, até as recreativas e simbólicas.

Ressalta-se que a interdição dos corpos LGBTIA+ aos espaços educacionais, direcionam esses corpos ao um processo violento de extermínio. A negação à educação leva a consequências severas para a sua reprodução social, uma vez que a baixa escolaridade somada a dissidência à norma, diminuem a empregabilidade, dificultam acesso a benefícios sociais, tendo como consequência a invisibilidade de sua espacialidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os corpos dissidentes e LGBTQIA+ inseridos em contextos cisheteronormativos se armam de estratégias de subversão para sobrevivência. Vale ressaltar que essas práticas não transformam esses ambientes em espaços mais tolerantes. Há dimensões do heteroterrorismo que precisam ser consideradas, uma vez que, indicando seus modos,

compreendemos melhor se as estratégias subversivas dos sujeitos têm efeitos ou soçobram, como no caso dos macroheteroterrorismos e dos microheteroterrorismos de fronteira.

Essas terminologias são propostas a fim de ampliar a complexidade do conceito de heteroterrorismo. Ainda, o diálogo entre a Geografia e as Artes Cênicas une, indisciplinarmente (Sodré, 2013), a discussão engendrada, como uma proposta subversiva de produção acadêmica para estímulo de outras pesquisas para enfrentamentos das violências sofridas pela população LGBTQIAP+ no Brasil. Busca-se denunciar e combater as diversas práticas heteroterroristas, independentemente da distinção de áreas de conhecimento, para uma sociedade mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES JUNIOR, Nilton; ALMEIDA NETO, Arthur Marques ; SANTOS, Mariana Coelho . A ALERJ e a Ratificação de Espaços Interditos no Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 7, p. 1-22, 2024. DOI https://doi.org/10.29327/2410051.7.22-6. Disponível em: https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/view/16049 . Acesso em: 07 abril 2025.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado**: notas para uma investigação. Lisboa: Editorial Presença, s/d.

ALMEIDA NETO, Arthur Marques. Appalachian Spring: política e poder na dança. **Dissertação de mestrado**. 2009. Programa de Pós-graduação em Dança - UFBA. Salvador - BA. 125 p. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/handle/ri/7861?mode=full . Acesso em: 22 abril 2025.

ASSIS, Marília del Ponte; SARAIVA, Maria do Carmo. O feminino e o masculino na dança: das origens do balé à contemporaneidade. **Movimento**, Porto Alegre, v. 19, n. 02, p. 303-323, abr/jun de 2013. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/29077/25265. Acesso em: 22 abril 2025.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Revista de Estudos Feministas**, v. 19, n.2, p. 549-559, 2011.

FRANKO, Mark. **The work of dance**: labor, movement, and identity in the 1930's. Middletown - CT: Wesleyan University Press, 2002.

LIMA, Ivaldo. O argumento político do corpo na sobrevivência espaço liminar. In: SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio José; CHIMIN JUNIOR; Alides Baptista (Org.). **Corpos & Geografia**: expressões de espaços encarnados. Ponta Grossa – PR: Todapalavra, 2023. p. 69-115.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte. São Paulo: N-1 edições, 2018.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do espelho**: uma teoria da comunicação linear e em rede. 8ª ed. Petrópolis - RJ: Vozes, 2013.

SOUZA, Maria Thereza Oliveira; CAPRARO, André Mendes. Intersecções entre Balé, Gênero e Sexualidade na Produção Acadêmica no Brasil: Revisão de Teses e Dissertações. (2021). **LICERE - Revista Do Programa De Pós-graduação Interdisciplinar Em Estudos Do Lazer**, 24(3), 356-378. https://doi.org/10.35699/2447-6218.2021.36330 .